

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – ATA**
  - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATAS**



**ATA**

### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/6/2021**

Às 10h4min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Doutor Wilson Batista, André Quintão e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes também, de forma remota, os deputados Doutor Paulo, também membro da comissão, Mauro Tramonte e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Marina Queirós Cury, assessora-chefe da Assessoria Estratégica da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhando o Relatório Detalhado do 1º quadrimestre de 2021, em cumprimento à Lei Complementar nº 141/2012 e à Deliberação nº 2.705/2019 (Assembleia Fiscaliza); Liza Prado, vereadora da Câmara Municipal de Uberlândia, solicitando que os instrutores de trânsito sejam incluídos na categoria de grupo prioritário para vacinação contra a covid-19, como trabalhadores educacionais; e do deputado Agostinho Patrus, informando que as reuniões do Assembleia Fiscaliza serão realizadas entre os dias 28 de junho e 2 de julho. Conforme programação enviada, a reunião da Comissão de Saúde será no dia 28 de junho, às 9 horas, e terá como convidada a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e-mail da Sra. Regina Claret, cidadã de Belo Horizonte, solicitando esclarecimentos acerca da instalação e desinstalação do Hospital de Campanha do Expominas e questionando que providências foram tomadas no sentido de mantê-lo disponível para atendimentos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virgínia Campos, presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros (10/6/2021); e dos Srs. Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde (10/6/2021); Emídio Antônio Ferrão, presidente do Instituto Nacional de Convalidação do Ensino Estrangeiro – Icespe – (10/6/2021); e Luiz Augusto Reis Godói, diretor da Med Center Comercial Ltda. (11/6/2021). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.192/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Doutor Wilson Batista); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.522/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão

de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Paulo); 4.479/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Doutor Paulo); 4.704/2017 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado André Quintã); 924/2019 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Wilson Batista); e 2.092/2020 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Paulo). O Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.700/2020 deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Carlos Pimenta. O Projeto de Lei nº 727/2019, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.068, 8.075, 8.076, 8.111, 8.152, 8.194, 8.195, 8.198, 8.221 e 8.250/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.075/2021, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de pessoas no Estado que tomaram a 1ª dose da vacina contra a covid-19, mas que não completaram o esquema vacinal (1ª e 2ª doses), detalhando os motivos do atraso na aplicação da 2ª dose e o tipo de imunizante utilizado nesses casos;

nº 9.084/2021, dos deputados Doutor Jean Freire e João Vítor Xavier, em que requerem seja formulada manifestação de apoio ao presidente do Senado para que seja incluído em ordem do dia o Projeto de Lei nº 2.564/2020, que altera a Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, em trâmite nessa casa legislativa;

nº 9.085/2021, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde o Ofício nº 242/2021 da PGJMG/CAOSAÚDE/CAOSAÚDE-ASS, recebido pela comissão, no qual as coordenadorias de promotorias de justiça de defesa da saúde manifestam sua preocupação com a condução das ações de enfrentamento à pandemia de covid-19 no Estado;

nº 9.086/2021, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento para a campanha de vacinação contra a covid-19 para o ano de 2022;

nº 9.087/2021, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a execução do Plano Nacional de Imunização – PNI – contra a covid-19, tendo em vista que não há uniformização de aplicação de vacinas para os grupos prioritários nos municípios, causando confusão na população, pois há entes que seguem o PNI e outros que seguem suas próprias diretrizes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2021.

João Vítor Xavier, presidente – Carlos Pimenta – Doutor Paulo.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 29/6/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

 **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Coronel Henrique, Betinho Pinto Coelho, Gustavo Santana e Inácio Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 e mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de obter informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2021.

Noraldino Júnior, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Hely Tarquínio, Noraldino Júnior, Rafael Martins e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/6/2021, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Kátia Regina de Oliveira Rocha, diretora da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais, para prestar esclarecimentos sobre os recursos repassados pelo governo estadual aos hospitais filantrópicos para o tratamento de pacientes com covid-19 em todo o Estado; e o Sr. Julvan Lacerda, presidente da Associação Mineira de Municípios, para prestar esclarecimentos sobre os recursos repassados pelo Estado aos municípios, em especial para a ampliação de leitos, para o enfrentamento da pandemia de covid-19 no Estado.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 28/6/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elisiane Gomes Lara, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Ariane de Figueiredo Eugenio, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela.

**TERMO DE CONTRATO Nº 32/2021****Número no Siad: 9280772/2021**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Homemurbano Eireli. Objeto: prestação de serviços de plataforma para fornecimento de banco de dados (*mailing*) e envio de mensagens (*e-mail marketing*). Vigência: 12 meses. Licitação: Pregão Eletrônico nº 11/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

**EDITAL DE SELEÇÃO**

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais torna público que as inscrições para o processo de seleção da especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas estarão abertas no período de 29 de junho a 30 de julho de 2021, exclusivamente por meio do ambiente de educação à distância da Escola do Legislativo, em <https://ead.almg.gov.br/moodle/>, observando-se o procedimento definido neste edital.

**Objetivo**

Formar profissionais qualificados para atuar ou interagir com o Poder Legislativo, auxiliando no processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

**Público-alvo**

O curso é destinado a parlamentares e servidores da ALMG e de outras casas legislativas e órgãos públicos e a profissionais e cidadãos que interagem com o Parlamento ou têm interesse na temática “Poder Legislativo e políticas públicas”.

**Processo seletivo****Período de inscrições**

De 29 de junho a 30 de julho de 2021

**Vagas**

Serão oferecidas 40 vagas, sendo 20 para servidores da ALMG e 20 para o público externo. Caso as vagas não sejam assim preenchidas, os servidores da ALMG poderão ocupar aquelas reservadas para o público externo e vice-versa. A ALMG não se obriga a preencher todas as vagas.

**Inscrição**

Para realizar a inscrição, o candidato deverá observar o seguinte:

a) Cadastre-se no ambiente virtual, entrando em <http://ead.almg.gov.br/moodle/>.

Na seção “Acesso”, clique em “Criar uma conta”.

Preencha o formulário e siga os passos informados (se você já tiver um cadastro, ignore esta etapa).

b) Após ter realizado o cadastro, visite a página de inscrição.

Acesse o ambiente virtual (<http://ead.almg.gov.br/moodle/>) e digite o nome de usuário e senha cadastrados.

Procure a aba “Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas – Turma 2021” na lista de cursos.

Caso você receba uma mensagem de segurança, clique em “continuar” ou em “abrir exceção” (o site é seguro).

c) Na página do curso, entre em “faça sua inscrição”, informe seus dados pessoais e anexe (*upload*) a documentação solicitada a seguir, no espaço próprio.

Dúvidas e problemas de cadastramento e acesso devem ser encaminhados para [suporte.ead@almg.gov.br](mailto:suporte.ead@almg.gov.br)

**Documentos para inscrição**

– Ficha de inscrição devidamente preenchida no ambiente virtual.

– Uma foto 3 × 4.

– Cópia do documento comprobatório do curso de graduação.

– Cópia do documento de identidade.

– Currículo (preferencialmente Currículo Lattes).

Os originais do comprovante de graduação e do documento de identidade deverão ser apresentados na matrícula do aluno, para fins de conferência.

#### Processo de seleção

O processo seletivo constará de prova escrita eliminatória, a ser realizada em 6 de agosto de 2021, sexta-feira, das 14 às 17 horas, no ambiente virtual, observando o seguinte:

a) O candidato deverá acessar o ambiente virtual e ingressar na página “Especialização em Poder Legislativo e Políticas Públicas – Turma 2021”.

b) Haverá um *link* de registro de presença e um *link* de acesso à videoconferência (plataforma *zoom*), na qual todos deverão entrar e nele permanecer, com câmera aberta, durante a realização da prova.

c) Terminada a prova, o candidato deverá enviar a prova por meio do local indicado para *upload* no ambiente virtual.

d) A prova escrita constará de uma questão dissertativa, com base em texto que ficará disponível para consulta do candidato, no ambiente virtual, dez minutos antes do início da prova.

e) Para ser classificado, o candidato deve obter, no mínimo, 60% dos pontos na prova.

Serão considerados aprovados os candidatos que, de acordo com a ordem de classificação, atingirem o número de vagas disponíveis. No caso de empate, serão concedidas vagas aos candidatos excedentes que obtiverem resultado idêntico.

Não havendo candidatos suficientes para formar a turma, a ALMG se reserva o direito de realizar um processo seletivo complementar, nos termos de novo edital.

#### Resultado da seleção

O resultado será divulgado no dia 24 de agosto de 2021.

#### Processo de Matrícula

##### Período de matrícula

As matrículas serão realizadas entre 27 de agosto e 10 de setembro de 2021.

##### Documentos para matrícula

Os documentos a serem preenchidos estarão disponibilizados pela secretaria da Escola do Legislativo, no ato da matrícula.

Os alunos externos deverão efetuar o pagamento de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), por meio de transferência bancária, cujos dados serão informados posteriormente, no ato da matrícula. Esse valor corresponde à primeira parcela do curso, as demais serão quitadas por meio de boleto bancário.

Servidores da ALMG com intenção de solicitar o auxílio à formação profissional receberão as orientações quando for divulgada a lista de aprovados. Caso o requerimento do benefício seja indeferido, as 18 parcelas serão pagas por meio de boleto bancário.

#### Custo total

Atendendo à política de compartilhamento dos custos, o valor da pós-graduação será de R\$6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais), divididos em 18 parcelas mensais de R\$360,00 (trezentos e sessenta reais).

A primeira parcela deverá ser quitada no ato da matrícula, por meio de transferência bancária para a ALMG, cujos dados serão informados posteriormente. As demais parcelas serão quitadas por meio de boleto bancário.

Servidores da ALMG com intenção de solicitar o auxílio à formação profissional receberão as orientações quando for divulgada a lista de aprovados. Caso o requerimento do benefício seja indeferido, as 18 parcelas serão pagas por meio de boleto bancário.

Os alunos se responsabilizam pelo custo de aquisição ou cópia do material bibliográfico indicado pelos professores.

Oferta do curso

O início das aulas será no dia 17 de setembro de 2021, conforme cronograma a ser divulgado no Portal da ALMG.

O curso está previsto para o período de 17 de setembro de 2021 a 28 de julho de 2023.

A carga horária total é de 384 horas, distribuídas entre 16 disciplinas.

Concluída a carga horária das disciplinas, os alunos terão um prazo de seis meses para apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja temática deve se ater a uma das três linhas de pesquisa do curso citadas abaixo. A data de apresentação do TCC será previamente informada aos alunos pela coordenação do curso.

Linhas de pesquisa

O curso está estruturado em três linhas de pesquisa, subdivididas em três áreas cada uma, a saber:

<b>Cidadania e políticas públicas</b>	<b>Parlamento e sistema político</b>	<b>Constituição e democracia</b>
Educação para a cidadania – As políticas sociais e a questão das desigualdades – Planejamento e controles da gestão pública	– A prática político-parlamentar – Sistemas eleitorais e reforma política – Partidos políticos no Brasil	– Democracia participativa no Parlamento – Desafios do constitucionalismo democrático – Atividade legislativa no Estado Democrático de Direito

Dias e horários

As disciplinas serão oferecidas nos seguintes formatos:

- onze disciplinas presenciais com encontros semanais, às sextas-feiras, das 14 às 17 horas, complementadas por uma hora de atividades à distância, assíncronas, no ambiente de educação a distância da Escola do Legislativo;
- quatro disciplinas presenciais, concentradas em cinco dias consecutivos, em fevereiro e julho de 2022 e de 2023, com previsão de horário entre 14 e 18 horas, e complementadas por quatro horas de atividades a distância;
- uma disciplina semipresencial – Orientação Metodológica para TCC –, composta de 22 horas no ambiente de educação a distância da Escola do Legislativo e de 2 horas presenciais, em datas a serem definidas com a turma.

Disciplinas e corpo docente

<b>Disciplina</b>	<b>Professor(a)</b>
Comunicação e Política	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Ana Paola de Moraes Amorim Valente
Controle e Fiscalização Parlamentar	Prof. Dr. Alexandre Bossi Queiroz Prof. Me. Bernardo Motta Moreira
Estado, Serviço Público e Sociedade	Prof. Me. Leonardo Carneiro Assumpção Vieira
Federalismo, Regionalização e Políticas Públicas	Prof. Me. Gustavo Gomes Machado
Finanças Públicas e Sistema Orçamentário	Prof. Dr. Fabrício Augusto Oliveira
Metodologia da Pesquisa Científica	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Soraia Aparecida Belton Ferreira Prof. Dr. Anderson Marinho Maia
Orientação Metodológica para TCC	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Soraia Aparecida Belton Ferreira Prof. Dr. Anderson Marinho Maia
Parlamento e Políticas Públicas	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos
Parlamento, Linguagem e Texto Normativo	Prof. Me. Marcos de Castro Alvarenga Prof. Me. Bernardo Costa Couto de A. Maranhão
Participação e Políticas Públicas	Prof. Me. Leonardo Carvalho Ladeira
Poder Legislativo	Prof. Dr. Manoel Leonardo W. Duarte dos Santos
Política e Direito	Prof. Me. Rafael Dily Patrús
Políticas Sociais, Cidadania e Desigualdade	Prof. <sup>a</sup> Esp. Maria Regina Álvares Magalhães
Processo Legislativo e Produção Normativa	Prof. Dr. Guilherme Wagner Ribeiro Prof. Me. José Alcione Bernardes Júnior

Sistemas Eleitorais e Partidários	Prof. Dr. Wladimir Leal Rodrigues Dias
Teorias da Democracia	Prof.ª Dr.ª Eleonora Schettini Martins Cunha

Poderão ocorrer alterações no corpo docente e na grade curricular em virtude de fatos supervenientes.

O aluno deverá reservar, em média, três horas por semana para leitura e realização de trabalhos.

Durante o período emergencial relativo à pandemia da covid19, as aulas ocorrerão no ambiente virtual, com atividades síncronas na plataforma *zoom*, as quais poderão ser complementadas por atividades assíncronas. A coordenação poderá estabelecer, em face da necessidade, outras formas de realização das aulas.

Critérios para concessão de título

Para obter a certificação de especialista em Poder Legislativo e Políticas Públicas o aluno deverá:

- a) cumprir a frequência mínima de 75% das horas programadas para cada disciplina;
- b) obter nota mínima de 70 pontos em cada uma das disciplinas do curso;
- c) obter aprovação na defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, que será apresentado e submetido a uma banca examinadora.

Informações gerais

Mais informações no Portal da Assembleia: [almg.gov.br/posgraduacao](http://almg.gov.br/posgraduacao) ou pelo e-mail [escola.especializacao@almg.gov.br](mailto:escola.especializacao@almg.gov.br).



## ERRATAS

### ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/6/2021, na pág.28, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício do Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, onde se lê:

“Requerimento nº 3.969/2019”, leia-se:

“Requerimento nº 3.936/2019”.

### ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/6/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 26/6/2021, na pág. 11, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento Ordinário nº 1.027/2021, exclua-se o seguinte:

“(– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.658/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)”.